

ORIGEM DO CAMPESINATO NO BRASIL

META

Compreender que o processo de desintegração do campesinato está relacionado com as diferentes concepções teóricas da geografia agrária.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Discutir as diferentes concepções teóricas e ideológicas a respeito do campesinato no Brasil.

PRÉ-REQUISITOS

Ter compreendido que a expansão da agricultura no Brasil se dá em diferentes tempos e espaços de forma desigual e combinada.



Camponês em pequena propriedade rural em Avaré – São Paulo.
(fonte: <http://pt.wikipedia.org>).

INTRODUÇÃO

A partir do entendimento da origem das atividades agrícolas no mundo e como ela chegou nos diferentes países marcados pela relação tempo/espaço, iremos discutir a concepção de campesinato e sua origem no território brasileiro.

Com o objetivo de discutir sobre as diferentes concepções teóricas do campesinato tem-se a necessidade de mergulhar no estudo a respeito das questões agrárias com o intuito de proporcionar ao estudante pesquisador das questões ligadas ao espaço agrário uma compreensão do camponês como símbolo de resistência às políticas globalizantes que de forma direta ou indiretamente são responsáveis pelas transformações do espaço agrário e por sua vez cria a necessidade de repensar as relações de produção existentes no campo.

Em linhas gerais a concepção de campesinato não está unicamente relacionado às atividades agrícolas, mas sim, em torno de um conjunto de elementos inter-relacionados – família, terra e trabalho – que vão caracterizar o real significado do pequeno produtor rural como camponês. Portanto, é a partir desta trilogia que vamos estudar ao longo desta aula.

A modernização tecnológica e científica no campo tem revolucionado e ao mesmo tempo reproduzido suas forças produtivas, dentre essas o campesinato. Portanto, nesta aula iremos analisar o processo de (re)criação do campesinato bem como caracterizar a relação de subordinação do camponês em diante da modernização tecnológica conservadora que vem ocorrendo ao longo das três últimas décadas no espaço agrário brasileiro.



(Fonte: <http://www.blogdofavre.ig.com.br/tag/agroindustria>).

O SISTEMA ECONÔMICO VIGENTE

Caracterizado pela relação de produção marcada entre exploradores e explorados com a finalidade de extrair a mais-valia e conseqüentemente acumular riquezas para uma classe social, enquanto para outra exclusão e marginalização. Tal sistema obteve maior significado com o desenvolvimento das cidades, da indústria e do transporte nos séculos XV e XVI. No entanto, com o processo expansionista europeu, o espaço agrário também foi palco de novas formas de exploração com a finalidade de alimentar a reprodução do capital em escala mundial.

A partir do desenvolvimento e expansão do sistema capitalista, no primeiro momento na Europa e posteriormente nos continente dominados pelos colonizadores inicia-se o processo de transformação das relações de produção no espaço agrário mundial e conseqüentemente no Brasil com a finalidade de alimentar a reprodução do capital. No entanto, vale lembrar que tal processo não ocorreu de maneira linear no espaço geográfico, pois algumas áreas em que estavam enraizadas culturas milenares o grau de resistência às novas formas de produção da agricultura deixaram marcas na sociedade e no modelo de produção.

“O modo de produção capitalista se desenvolve, via de regra, (e exceto em certas colônias) primeiramente nas cidades, e na indústria em primeiro lugar. Habitualmente a agricultura permanece intocada por muito tempo e longe da influência da cidade. No entanto, o desenvolvimento industrial já conseguiu modificar o caráter da produção agrícola” (KAUTSKY, 1998, p. 37).

Nesse contexto, não se pode deixar de mencionar as transformações do espaço agrário europeu do século XIX e início do século XX, principalmente na Alemanha e na Rússia, alvo das fervorosas discussões dos clássicos como Kautsky, Lênin e Chayanov. Enquanto para os dois primeiros o desenvolvimento do sistema capitalista provocaria o fim do campesinato, para o último haveria a permanência do campesinato diante dos objetivos opostos do capitalismo.

Para Lênin o campesinato se extinguirá ao tempo que a modernização capitalista penetrar em todos os espaços restantes da ampliação do capital. A partir das teorias desenvolvidas por Kaustsky, o campesinato é analisado dividindo os agricultores em pequenos, médios e grandes proprietários, sendo que o desenvolvimento da indústria e do comércio penetram no campo criando a necessidade do camponês obter dinheiro através da conversão de seus produtos no mercado. De acordo com Kautsky (1998), os médios proprietários tendem a desaparecer por não conseguirem

rem competir no mercado com os grandes que acabam crescendo numericamente enquanto que os pequenos aumentam como condição de ampliação dos grandes, já que a propriedade particular do solo, mesmo que exerça pouca importância para o sistema capitalista, é condição para fixação de uma numerosa mão-de-obra de reserva para os grandes estabelecimentos agrícolas.

Por outro lado, a corrente baseada nos fundamentos teóricos de Chayanov, o campesinato persistirá com o emprego da força de trabalho familiar baseada na relação entre tamanho da propriedade, volume de trabalho e área cultivada, sendo que quanto maior for a família, maior será a força de trabalho, a área cultivada e o seu consumo. Assim, o grau de incrementos produtivos e/ou o aumento global da produção garantirá o bem estar da família determinado pelo grau de necessidade da mesma sem necessariamente gerar a mais-valia, mas a necessidade de reprodução material da família. O aumento da produção, dessa forma, não depende do emprego de novas técnicas, mas da variação do tamanho da família e da auto-exploração da força de trabalho familiar obedecendo ao equilíbrio entre o número de trabalhadores e de consumidores.



(Fonte: <http://www.oficinadahistoriad.blogspot.com>)

Esse ambiente de calorosas discussões em torno das questões agrárias são percebidas no trabalho de Almeida (2006).

“Assim, enquanto os estudos de Kautsky e Lênin se desenvolveram no sentido da oposição à teoria da reprodução do trabalho familiar camponês, fundamentados na concepção de que o desenvolvimento

capitalista não poderia comportar outras classes além da burguesia e do proletariado e que, portanto, a descamponização era uma consequência necessária e inevitável para que o capitalismo pudesse se desenvolver via mercado e divisão do trabalho, abrindo caminho para a revolução socialista, Chayanov procura desvendar o cálculo camponês, alicerçado na teoria do balanço trabalho-consumo, a fim de apreender a racionalidade camponesa e diferenciá-la do comportamento capitalista. Propunha, assim, a convivência e, portanto, a permanência camponesa de forma insular à lógica capitalista de reprodução e homogeneização das relações sociais rumo à acumulação” (ALMEIDA, 2006, p. 69-71).

Com isto, está lançada a origem das discussões a respeito das teorias do campesinato fundamentadas nos clássicos acima citados, pois foram responsáveis pela eclosão de dois paradigmas pautados na concepção da desintegração ou permanência do campesinato diante do processo de reprodução do sistema capitalista. Da mesma maneira, contraditoriamente o sistema capitalista (re)cria formas de trabalho não-capitalista que pode ser percebido através das diferentes maneiras de produção do trabalho agrícola desenvolvido pelo camponês como por exemplo a parceria, o arrendamento, os meeiros, dentre outras. Nesse aspecto Oliveira (19991) demonstra com clareza essa relação contraditória gerada pelo sistema capitalista.

“Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalista. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados da reprodução dessas relações de produção não-capitalista” (OLIVEIRA, 19991, p. 11).

Um das teses de Chayanov é que a sobrevivência do campesinato é resultante dos objetivos não-capitalista do camponês como forma de negar a relação de produção existente no modelo de produção agrário capitalista, pois a finalidade do camponês é a reprodução da família e para isto, é fundamental a propriedade da terra como garantia de sua existência. No entanto, Chayanov “(...) esclarece que a família camponesa visa unicamente à maneira mais fácil de satisfazer sua necessidade em consonância com o gasto da força de trabalho” (Apud, ALMEIDA, 2006, p.).

Com isto, evidencia-se um dos elementos cruciais na diferenciação entre camponês e produtor agrícola capitalista, pois ambos possuem objetivos e anseios distintos. Assim, torna-se importante o significado da propriedade da terra, do seu modo de vida, como meio de produção e reprodução da família e locus de lutas e resistência em torno da conquista do seu espaço em meio ao desenvolvimento do capitalismo agrário. Por-

tanto, conforme é relatado por Almeida (2006, p. 24) a “Família, trabalho e terra são categorias centrais do mundo camponês, basicamente porque um não tem sentido sem o outro, e, mais, delas é que valores como a moral, a liberdade, a comida, a autonomia extraem seu sentido e dão ao campesinato uma sociabilidade completa”.

Neste contexto, o significado da terra para o camponês ainda é maior, quando se torna mais autônomo em relação ao modelo de produção do sistema capitalista, pois ao mesmo tempo que ao possuir uma propriedade de terra, faz com que ele seja patrão e empregado de si mesmo.

“É fundamentalmente isso que distingue a família camponesa do empresário capitalista, pois, enquanto o capitalista investe nos setores mais lucrativos visando ao máximo de retorno possível, a família camponesa cessa imediatamente o sobretrabalho ao alcançar o equilíbrio trabalho-consumo, já que seu objetivo é reproduzir-se como unidade de produção econômica camponesa (ALMEIDA, 2006, p. 74).

Wanderley (1996) ao discutir sobre as raízes históricas do campesinato compreende o campesinato tradicional como “*uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família*” (p. 03).

Portanto, é consenso essa relação do camponês com o significado material, afetivo, simbólico entre a propriedade da terra, pois esta lhe dá autonomia diante de outros modos de produção, tendo em vista que o mesmo é fruto do trinômio patrão-empregado-consumidor.

Diante de discussões e contra-pontos a respeito do campesinato, o grande legado dos clássicos é possibilitar a existência de diferentes concepções teóricas, respaldadas na visão de mundo de cada pesquisador. Vale ressaltar que a concepção de camponês não está relacionado somente pelas atividades agrárias, mas ao conjunto de características como o modo de vida, a relação com a terra-trabalho, a importância da família, a sustentabilidade, enfim, ao equilíbrio entre terra-trabalho-renda como forma de manutenção e reprodução da família e conseqüentemente do campesinato.

A partir desta breve discussão sobre a concepção do campesinato, analisaremos a maneira como o campesinato foi introduzido e as bases econômicas e políticas existente no processo de formação territorial do Brasil. Portanto, se analisarmos a história econômica do Brasil, perceberemos que sua origem está ligada às atividades agrícolas, principalmente nos séculos XVI e XVII. É claro que o campesinato não foi responsável pelo processo de formação econômica do Brasil em sua gênese, mas com a introdução do modelo de desenvolvimento capitalista no campo, gerando concentração e exclusão contraditoriamente vai reforçar a existência e permanência do campesinato brasileiro.

“Na produção colonial, que tinha seu sustentáculo na expansão dos mercados, ou seja, num sistema mercantil voltado para a monocultura da exportação, o escravo era renda capitalizada. Dessa feita, emerge a contradição entre produção direta dos meios de subsistência e produção para o mercado. Portanto, cabiam ao escravo as atividades voltadas ao mercado, sobrando aos homens pobres livres as culturas subsidiárias (...)” (ALMEIDA, 2006. p. 102).

É nesse contexto que surge o campesinato brasileiro, ou seja, é a partir da exclusão e negação da expansão colonialista que surge uma agricultura de subsistência destinada a sobrevivência do camponês e ao mercado interno. O processo de formação do campesinato se diferencia do europeu, conforme relatado por Almeida (2006).

“Assim, diferentemente do camponês europeu, o campesinato brasileiro tradicional foi concebido às margens do sistema escravista-latifundiário exportador. A ele não foi dado o direito à terra, restando a posse como alternativa. No entanto, a concessão da sesmaria tinha precedência legal sobre a terra dos posseiros, cabendo ao fazendeiro decidir sobre sua permanência ou não na situação de agregado” (p. 104).

Diante do contexto do surgimento do campesinato brasileiro, existem controvérsias, pois para alguns autores o campesinato é fruto da exclusão dos homens brancos pobres e livres no período escravocratas colonial. Para outros, além do homem branco pobre, ainda contribuíram os povos indígenas e escravos que estavam a margem dos interesses colonialistas.

É oportuno mencionar que no período colonial brasileiro a terra não tinha valor de troca e, portanto, a renda da terra estava ligada a sua produtividade. Daí o incentivo ao desenvolvimento de uma agricultura concentradora de terras e de renda atendendo os interesses da agricultura capitalista. Ao contrário, a agricultura camponesa visa atender as necessidades básicas da família. Apenas em casos excepcionais o camponês consegue gerar uma renda excedente. Mas mesmo assim, não pode ser caracterizado como capitalista, pois o excedente não pode ser compreendido como lucro-capitalista, mas como o recurso que será trocado por outros produtos que o camponês não conseguiu produzir.



(Fonte: <http://www.noticiaproibida.blogspot.com>)

CONCLUSÃO

Dessa forma, gostaria de destacar que a finalidade do entendimento do conceito de camponês não objetiva rotular a concepção do campesinato, mas sim, de partir de diferentes compreensões de campesinato como pressuposto para alimentar discussões mais amplas em torno das questões agrárias. Desse modo, os conceitos não são estáticos, prontos e acabados, mas sim variáveis nos diferentes tempos/espaços, justamente por sua dinâmica que os levará a construção e reconstrução da categoria camponês em diferentes modos de produção.



RESUMO

A origem do campesinato brasileiro está relacionado ao modelo de produção implementado pela metrópole portuguesa no período colonial. Assim as bases da agricultura é caracterizada pela monocultura, mão-de-obra elevada (escrava) e concentração fundiária. Portanto, o campesinato surge de forma contraditória a política econômica mercantilista composta pelos homens brancos livres, pelos pequenos grupos de escravos em que seu patrão reservada uma pequena área destinada ao cultivo e subsistência, e também pelos escravos que fugiam e se aglomeravam em quilombos, assim como pelos povos indígenas que tinha passado pelo processo de aculturação.



ATIVIDADES

1. Como você poderia justificar a existência do campesinato no Brasil diante do processo de expansão do capitalismo no campo brasileiro?
2. Qual a diferença entre as concepções de Chayanov e Lênin a respeito do campesinato? E você, como compreende o campesinato?
3. Faça uma análise sobre a origem do campesinato no Brasil.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A origem do campesinato está relacionado a contradição do próprio sistema capitalista, pois enquanto fortalece um modelo de produção voltado aos grandes empreendimentos agrícolas com a finalidade de abastecer o mercado externo, paralelamente contribui par o fortalecimento de atividades pré-capitalista.

PRÓXIMA AULA

Agora que já temos uma noção sobre o campesinato, vamos introduzir um novo conceito criado para caracterizar e/ou destruir o significado político e ideológico da concepção de camponês, que agora é utilizado por alguns com a mesma concepção de agricultor familiar.

**REFERÊNCIAS**

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.
- ALMEIDA, Rosmeire A. de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17. Processos Sociais Agrários, Caxambu, MG. 1996.